

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Arquivo

Decisão foi proferida nesta terça-feira (18)

TJ-RJ suspende intervenção e bloqueio nas contas

A Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) suspendeu, nesta terça-feira (18), a intervenção judicial no Serviço Social Autônomo Alcides Carneiro (SEHAC) e ordenou a paralisação imediata dos bloqueios nas contas da Prefeitura de Petrópolis. A decisão é do desembargador Paulo Assed Estefan, relator do caso. A medida atende a um pedido da

município, que recorreu após o juiz da 4ª Vara Cível, decretar a intervenção por 90 dias e determinar o bloqueio de R\$ 44,6 milhões na modalidade “teimosinha”, que efetua bloqueios sucessivos até alcançar o valor total das contas do município. A intervenção foi decretada no início de novembro, dentro de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Incerteza para o futuro?

Embora a Secretaria de Fazenda atualmente busque alternativas para arcar com os compromissos deste ano, já precisa se preocupar com 2026. Isso porque, em julho deste ano, a Câmara aprovou o reajuste de 8% no salário dos servidores. O texto encaminhado pela prefeitura sugeriu 3% para

este ano e 5% a partir de janeiro do ano que vem. Contudo, com as contas bloqueadas e com efeito suspensivo na ação do ICMS no TJRJ, será que o município terá condições de arcar com mais esse custo? A coluna questionou a prefeitura e aguarda um retorno.



Gabriel Rattes/CM

Portal da Transparência indica cerca de R\$800 milhões

Divergências na arrecadação do município

Durante a audiência na 4ª Vara Cível de Petrópolis, realizada nesta segunda (17), a promotora Vanessa Kats questionou o secretário de Fazenda, Fábio Júnior, sobre a arrecadação do município. O questionamento apresentou outro fator que o município ainda precisará explicar, haja vista que, durante a fala, Fábio afirmou que o município

registrou um superávit de R\$ 162.243.601,76, com arrecadação chegando a R\$ 1.550.188.705,54. Porém, no Portal da Transparência consta arrecadação de cerca de R\$ 800.000,00. Questionado, Fábio esclareceu que, a partir de relatórios de gestão, ficou evidenciado que houve omissão de despesa no orçamento de 2025, elaborado em 2024.

Duodécimo e vale educação

A Prefeitura de Petrópolis tem até esta quarta-feira (19) para fazer o pagamento do duodécimo à Câmara Municipal. O prazo, que comumente segue até o dia 20 de cada mês, foi antecipado para as 17h desta quarta por conta do feriado. Contudo, o bloqueio das contas se torna um agra-

vante para o município. A não transferência pode afetar diretamente o funcionamento do Legislativo. Além disso, o município também tem a responsabilidade de pagar o vale-educação até o dia 20, o que, se não for feito, pode acarretar problemas na prestação do serviço de transporte público.

Movimento feriado

A Elovias vai reforçar o atendimento na BR-040, no trecho entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro, durante o período marcado pelo feriado prolongado do Dia da Consciência Negra, comemorado nesta quinta-feira, 20 de novembro. A concessionária estima que cerca de 260 mil veículos circu-

lem pela rodovia durante o período. A intensificação operacional será mantida nos trechos de maior movimento de tráfego, em especial na Serra de Petrópolis e em Duque de Caxias, abrangendo equipes de assistência mecânica, de conservação e de equipes médicas.

CPI das Águas do Imperador expõe contradições da ex-gestão

Apuração do Correio revela que autorização foi dada em 2023

Thiago Alvarez/CM



Autorização foi dada em 2023, durante gestão de Rubens Bomtempo

Controvérsia técnica

Com as chuvas de 2022, a rede interceptora da Coronel Veiga foi comprometida após a dragagem emergencial. Em 2023, a Águas do Imperador pediu à Secretaria de Meio Ambiente autorização para recompor a tubulação, afirmando que se tratava de manutenção de rede e recebeu orientação de que a autorização seria suficiente para executar o serviço.

A CPI agora discute se a intervenção realizada pela Águas do Imperador se enquadra como manutenção ou como obra nova. A tubulação instalada tem material diferente e mais moderno que a original, o que pode exigir licença de instalação, estudos técnicos e registro no órgão ambiental — exigências que não constam na autorização de 2023. A definição correta interfere diretamente na legalidade da obra.

Rio Quitandinha

Além da rede interceptora da Coronel Veiga, a CPI também apura a instalação de tubulações no leito do Rio Quitandinha. A intervenção reduziu a vazão natural da água, aumentando o risco de enchentes em uma região

historicamente afetada e dificultando futuras ações de dragagem.

A CPI quer saber:
■se houve estudos técnicos prévios;
■se existe licenciamento ambiental válido;
■se a Defesa Civil foi comunicada;
■e se a intervenção pode comprometer o Projeto de Cheias do PAC, que prevê mais de R\$ 100 milhões em obras na cidade.

Posicionamentos dentro da CPI

A vereadora Professora Lívia, coautora da CPI, reforça. “Recebemos diariamente denúncias do serviço de saneamento básico prestado pela da Águas do Imperador. No Independência, bairro onde moro, o início da cobrança da taxa de esgoto, que praticamente dobrou o valor da conta para os moradores, gerou indignação na população, já que as etapas para o pleno tratamento do esgoto ainda não foram concluídas”, disse.

O vereador Léo França, também autor da CPI, destaca os riscos. “A instalação dessas tubulações levanta sérias dúvidas sobre licenciamento, transparência e, principalmente, sobre os riscos

que traz para a população. Além de aumentar o perigo de enchentes, essas obras impedem a dragagem e a limpeza do rio, medidas fundamentais para reduzir a vulnerabilidade da cidade. Precisamos apurar se essa intervenção compromete o Projeto de Cheias do PAC, conquistado em 2024, que representa um investimento estratégico para prevenir novas tragédias”.

A confirmação da autorização concedida em 2023 coloca foco nas decisões da gestão Bomtempo. A CPI deverá apurar:
■se a autorização foi emitida de maneira adequada;
■se houve erro de classificação entre manutenção e obra nova;
■se o processo deveria ter exigido licença de instalação;
■e como as decisões de 2023 influenciam os riscos atuais.

O que diz a Águas do Imperador?

Em nota, a Águas do Imperador informou que possui licenciamento para todas as atividades que executa. “Assim como as cobranças pelos serviços prestados estão em conformidade com o contrato e a estrutura tarifária em vigor”, disse.

Artistas e produtores criticam montagem da 13ª Festa Afro Ubuntu

Divulgação/PMP



Produtores alegam falta de representatividade na festa

tras falhas apontadas são em relação a contratação de espaços que não condizem com o movimento e a falta de estrutura, como a ausência de barraquinhas montadas na Praça da Liberdade que é um dos símbolos da festa, por venderem alimentos tradicionais da cultura como acarajé. “Não há uma barraca montada da festa Ubuntu. Dei uma passada na praça, não vai ter fomento ao comércio? Não vai ter venda de nada?”, questiona outro artista, que também não será identificado.

Com isso foi sublinhado pelo grupo qual foi o critério de escolha e qual foi a verba que custeará o evento que antes foi adornado pela falta de verba. “Inaceitável que vejamos os shows de peso com artistas somente de fora e quem faz a cultura acontecer na cidade não seja convidada para essa programação. Quem escolheu os artistas? Quem pagou os artistas?”, enfatizou o artista.

Outro ponto, é a não divulgação da inscrição do Prêmio Ubuntu 2025, uma iniciativa que celebra os feitos de personalidades negras da cidade. “Péssimo não temos ainda a divulgação e nem a inscrição para indicação pública do prêmio”.

Descontinuidade de políticas antirracistas

O tratamento que a Ubuntu recebeu do governo municipal, reacendeu a discussão sobre a descontinuidade dos instrumentos públicos que combatiam o racismo dentro do território, como por exemplo o Selo da Escola Antirracista, uma vertente que inclusive foi lançada na festa em 2023, para promover a igualdade racial dentro das escolas municipais e privadas. E também o Disque Antirracista, que surgiu no mesmo período, para fortalecer os canais de denúncias contra os crimes na região, que

ocupa o 3º lugar no ranking das denúncias de racismo no estado, registradas entre 2018 e 2019, de acordo com dados do Dossiê de Crimes Raciais (ISP/RJ), divulgado em 2023.

“Percebi que houve um retrocesso quanto ao que tínhamos conquistado em anos anteriores quanto a políticas de educação e proteção da população negra, como por exemplo a continuidade do disque antirracista e do selo. Tudo isso era algo concreto que vem perdendo espaço hoje, parece que não é prioridade do governo essa pauta”, ressaltou o produtor cultural.

O que diz a Prefeitura

O Correio Petropolitano questionou a programação repentina, as falhas, o fato de possivelmente não ter as barraquinhas e a descontinuidades das políticas públicas em prol da pauta racial.